

## Itaipu é autorizada a receber do Paraguai títulos brasileiros

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei oriundo da Câmara que autoriza o Poder Executivo a contratar com a Itaipu pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, no valor correspondente a até 140 milhões de dólares. A matéria foi aprovada contra os votos do PT e do PSB.

Conforme a proposição, os títulos serão entregues à Itaipu pela estatal paraguaia Administración Nacional de Electricidad (Ande), como pagamento de faturas de energia elétrica vencíveis no período de 1995 a 1996. O projeto, que irá agora à sanção presidencial, recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos.

Também foi aprovado pelo Senado projeto de resolução autorizando a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 171 milhões, de principal, destinado ao financiamento parcial do Programa de Reequipamento da Malha Ferroviária de São Paulo.

Outro projeto aprovado, e que irá à sanção, foi o que trata da absorção, pela União, dos custos excedentes decorrentes da construção e operação de usinas nucleoeletricas pela empresa Furnas Centrais Elétricas S.A.

O Senado aprovou ainda projeto de resolução que autoriza o município de Juiz de Fora a conceder garantia a operação de crédito junto ao BNDES.

Um outro projeto de resolução aprovado, e que irá à promulgação, autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo BNDES com o BID.



A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida por Antonio Carlos Magalhães, aprovou acordo relativo à isenção de vistos entre Brasil e Portugal. *Página 2*

## Fogaça defende Banco Central independente

*Relator da comissão do Congresso que estuda regulamentação do sistema financeiro recolhe subsídios nos EUA para propor mudanças*

O senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou ontem sua convicção sobre a necessidade de se realizar uma profunda reforma na estrutura do sistema financeiro nacional, principalmente no Banco Central, tornando-o independente.

Ele informou que esteve no início desta semana em Washington, onde participou de um seminário organizado pelo Centro de Estudos Estratégicos sobre os sistemas financeiros americano e brasileiro. Segundo disse, as 18 horas de debates, ao longo de três dias, alicerçaram sua confiança em que a preservação do valor da moeda nacional tem relação direta com a existência de um banco central independente.

Além de Fogaça, participaram

do seminário o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) e deputados federais, todos integrantes da comissão mista que elabora a legislação complementar referente ao artigo 192 da Constituição Federal, que trata do sistema financeiro nacional. O grupo de parlamentares recolheu dados, informações e referências precisas que fundamentarão as grandes alterações no sistema financeiro que, salientou, deverão ser propostas pela comissão em seu relatório final.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) salientou que, no presidencialismo brasileiro, cada mandatário tem um programa de governo na área financeira, diferentemente do presidencialismo americano, cuja política econômica está baseada no Federal Reserve Bank.



José Fogaça

## Congresso aprova MP sobre o IR das empresas

O Congresso aprovou ontem a Medida Provisória 1.516-2, editada em 24 de outubro passado, alterando a legislação do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro líquido das empresas. O valor da contribuição social sobre esse lucro não poderá ser deduzido para efeito de determinação do lucro real, nem de sua própria base de cálculo.

A medida também determina que será calculada à alíquota de 18% a contribuição social sobre o lucro líquido devida pelas instituições previstas no parágrafo 1º do artigo 22 da Lei nº 8.212/91 - bancos e seguradoras, entre outras.

# Comissão aprova acordo de vistos com Portugal

*Isenção beneficia cientistas e professores, empresários e profissionais de imprensa dedicados a coberturas jornalísticas imediatas, facilitando intercâmbio entre os dois países*

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), acolheu na manhã de ontem projeto de decreto legislativo oriundo da Câmara dos Deputados que aprova o texto do acordo relativo à isenção de vistos celebrado entre o Brasil e Portugal. A matéria amplia os benefícios de acordo anterior, aperfeiçoando as relações luso-brasileiras, relativamente ao fluxo de nacionais de um para outro Estado.

Pelo acordo, ficam isentos de vistos em passaportes comuns cientistas e professores, empresários e profissionais de imprensa dedicados a coberturas jornalísticas imediatas. Além de facilitar a circulação de cidadãos brasileiros e portugueses entre os dois países, segundo o relator, senador Guilherme Palmeira (PFL-AL), a proposta é con-

veniente e oportuna aos interesses nacionais.

Outro acordo aprovado ratifica protocolo de integração educacional, revalidação de diplomas, certificados, títulos e de reconhecimento de estudos de nível médio técnico, negociado no âmbito da reunião dos ministros da Educação dos quatro países do

Mercosul. Segundo o relator, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o protocolo "é um ato de assentimento à necessidade de consolidação do Mercado Comum do Sul e à prioridade que deve ser dada à educação nessa trajetória".

A CRE aprovou mais dois textos de acordo internacional. Um deles facilita ativi-

dades empresariais entre o Brasil e a Argentina e o outro trata de matéria penal entre o Brasil e o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a prevenção do crime e o tratamento do criminoso. Os projetos aprovados ontem pela comissão dependem ainda de deliberação do plenário.

## Amorim vai à ONU interessado na Amazônia

O senador Ernandes Amorim (RO), que está em Nova York participando como observador da Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU), disse que aproveitará a oportunidade para examinar a maneira pela qual o governo do Brasil conduz os interesses da população da Amazônia na comissão de economia, finanças e meio ambiente daquele organismo internacional.

Ernandes Amorim afir-

mou, também, que desenvolverá esforços para que a ONU, quando se reunir no próximo ano com o objetivo de avaliar os resultados da Eco-92, adote medidas concretas para o desenvolvimento sustentado da Amazônia.

O senador informou também que tão logo retorne da viagem apresentará à comissão especial constituída para examinar a situação dos garimpeiros de



Amorim

Serra Pelada, da qual é relator, o parecer sobre a matéria. Segundo adiantou, irá oferecer, na oportunidade, um projeto de decreto legislativo para "sustar

os efeitos de ato do Executivo que restaurou à Companhia Vale do Rio Doce os direitos de mineração em Serra Pelada".

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A PRÓXIMA SEMANA

Terça-feira (26.11.96)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

- A hora do expediente será destinada a homenagear os 100 anos do início da Guerra de Canudos

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 293/95, que dispõe sobre as contas hospitalares no Sistema Único de Saúde; e \*PR nº 106/96, que autoriza o governo de São Paulo a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado (LFTP), cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 96.

### COMISSÕES

Terça-feira (26.11.96)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

**Pauta:** Apreciação não terminativa do \*PLC nº 119/95, que redireciona recursos do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e \*PLS nº 198/95, que proíbe o uso de substâncias anabolizantes, naturais ou artificiais, com a finalidade de aumento de massa corporal em animais de abate; e terminativa do \*PLS nº 191/96, que altera redação da Lei nº 8.031/90, para facultar ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, excluir empresas do Programa Nacional de Desestatização, dentre outras matérias. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão da Reforma Político-Partidária

**Pauta:** Apreciação do relatório preliminar. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (27.11.96)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 41/95, que revoga o § 3º do art. 192 da Constituição, que limita as taxas de juros reais em 12% ao ano; \*PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; \*PDL nº 45/95, que susta o Decreto nº 1.480/95 que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em casos de paralisações dos serviços públicos federais. **Matérias terminativas:** \*PLS nº 84/95, que altera o art. 118 da Lei nº 5.682/71 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos); e \*PLS nº 07/96, que dispõe sobre o sistema de proteção aos credores e devedores. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - Comissão Especial destinada a proceder ao exame de sugestões encaminhadas por governadores (Processos Diversos nºs 90 a 96/96) e das matérias em tramitação na Casa referentes ao endividamento dos estados e municípios

**Pauta:** Instalação da comissão. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

Quinta-feira (28.11.96)

10h - Comissão de Educação

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*Requerimento nº 1.133/96 (não terminativo), que trata do sobrestamento do estudo das emendas da Câmara ao PLS nº 110/88, a fim de aguardar a decisão do Senado sobre o PLS nº 197/95; e \*PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta, em consonância com o disposto no art. 37, parágrafo 1º, da Constituição federal, a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanha dos órgãos públicos. Sala 15 - Ala Senador Nilo Coelho

# Marluce: Falta de recursos sacrifica Calha Norte

*Projeto vive momentos dramáticos e recebe hoje menos de 25% das verbas previstas quando se iniciou sua implantação, alerta senadora, que recebe apoio de Romeu Tuma*

Dez anos depois de iniciado, o Calha Norte vive momentos dramáticos, recebendo do Orçamento federal menos de 25% das verbas previstas quando começou a execução do projeto. Como resultado, populações da fronteira procuram hospitais da Colômbia para receber vacina, soldados do Exército vivem em pavilhões praticamente inabitáveis no meio da floresta e não há embarcações para patrulhas naval e fluvial. Esse quadro foi descrito ontem, em discurso, pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), relatora da comissão mista do Congresso destinada a reavaliar o Calha Norte.

Depois de lembrar que o



Marluce Pinto

Projeto Calha Norte nasceu da necessidade de ocupação da fronteira Norte do País, a senadora ponderou que a região ainda é cobiçada internacionalmente e não se calaram as vozes que pretendem "internacionalizar esse pedaço do chão" bra-

sileiro. Ela questionou se é possível consolidar as fronteiras e promover o bem social no Extremo-Norte do País com apenas R\$ 4,5 milhões por ano, como previsto no Orçamento de 97. Para mostrar o quanto foram reduzidas as verbas, observou que, de 1986 a 1990, o Calha Norte recebeu R\$ 20 milhões por ano.

Apesar das dificuldades, o Exército vem implantando lentamente unidades ao longo de quase 1.600 quilômetros da fronteira Norte, graças "a abnegados brasileiros, que não têm o mínimo para sobrevivência, mas continuam na região demarcando fronteiras inóspitas e defendendo nosso território", segundo Marluce Pin-

to. Ela pediu apoio dos senadores e deputados para que seja aprovada emenda que aumenta de R\$ 4,5 milhões para R\$ 11 milhões o orçamento do Calha Norte para o ano que vem.

A senadora anunciou que apresentará relatório da comissão mista nos próximos dias. Lembrou que há uma semana senadores e deputados da comissão puderam ver com os próprios olhos as dificuldades do projeto, quando visitaram áreas do Exército em Surucucu, São Gabriel da Cachoeira, Iauareté e Tabatinga. Em aparte, o senador Romeu Tuma (PSL-SP), integrante da comissão, apoiou a senadora em sua luta por mais verbas para o Calha Norte.

## Comissão especial da Amazônia debate pauta para 1997

A comissão especial do Senado incumbida de estudar e propor alternativas de políticas para o desenvolvimento auto-sustentado da Amazônia debateu ontem o programa de ação a ser desenvolvido até o final deste ano e ao longo de 1997. Os integrantes da comissão decidiram solicitar à Mesa da Casa a prorrogação dos seus trabalhos, em função dos problemas enfrentados para o desenvolvimento de suas atividades durante a campanha eleitoral deste ano.

Também ficou acertado o envio de convite ao secretário responsável pela área da Amazônia no Ministério do Meio Ambiente, Seixas Lourenço, para um debate na próxima quinta-feira



Nabor Júnior

(dia 28). O senador Nabor Júnior (PMDB-AC), presidente da comissão, colocou à disposição de todos os seus membros a proposta de roteiro de trabalho apresentada pela senadora Marina Silva (PT-AC), elaborada em conjunto com o senador Ademir Andrade (PSB-PA),



Marina Silva

relator da matéria. Os senadores da comissão terão uma semana para analisar o roteiro e apresentar eventuais sugestões para seu aprimoramento.

A proposta em análise prevê a realização de um conjunto de audiências públicas, ouvindo-se ministros, gover-

nadores de estado, prefeitos e representantes de organizações não-governamentais, entidades sindicais, universidades, institutos de pesquisa e órgãos públicos, além de visitas a empreendimentos que colaboraram para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, bem como a projetos que fracassaram.

O documento inclui sugestões visando ao lançamento de uma plataforma mínima de ações emergenciais para o desenvolvimento regional sustentável, reformulação da política de incentivos fiscais e subsídios na Amazônia, cuja legislação expira em 1999, além de propostas de interesse da região para o Orçamento de 98.

# Mauro Miranda cobra nome para o Ministério da Saúde

*Novo titular deverá definir destinação da CPMF para evitar risco de que "dinheiro seja colocado num saco sem fundo", alerta senador*

O Ministério da Saúde "exige o comando de um gerente, com os mais amplos poderes de intervir", afirmou ontem o senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao cobrar do presidente da República a imediata nomeação de um novo ministro para essa pasta.

- A falência da saúde pública é a maior de nossas doenças sociais e postergar um assunto de tamanha gravidade é como retirar a assistência de um doente terminal. Este é um drama que não pode esperar os ventos ou os momentos favoráveis da política para ser resolvido, porque saúde não deve ser assunto partidário - disse.

O novo ministro, de acordo com o senador, deverá traçar as diretrizes da destinação dos recursos provenientes da CPMF



**Mauro Miranda**

(Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e prestar contas à sociedade dos rumos que estão sendo dados ao dinheiro arrecadado pela contribuição. "Se o sistema de gerenciamento do Ministério da Saúde mantiver seus vícios administrativos, vamos correr os riscos de colocar todo esse di-

nhêiro num saco sem fundo", alertou.

Para Mauro Miranda, o novo ministro terá que encontrar soluções para restabelecer o equilíbrio das políticas de saúde. A seu ver, a baixa remuneração do Sistema Único de Saúde (SUS), superlotação e equipamentos obsoletos, entre outros problemas, levaram o sistema de saúde ao colapso.

Ao comentar reportagem da *Revista da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência*, o senador lembrou que as santas casas de misericórdia estão enfrentando a maior crise de sua história. Segundo a publicação, a maioria das 2.600 santas casas no País "agonizam com a falta de recursos, dívidas e sucateamento dos equipamentos".

## Benedita propõe programa de alimentação

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) anunciou estar preparando um projeto para fundamentar a criação do "Programa Brasileiro de Segurança Alimentar", a ser desenvolvido em associação com outros já em andamento e com a participação ativa da sociedade civil.

Ela pediu o apoio das organizações internacionais especializadas no assunto, em especial do Fundo das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO), para que a sua proposta "possa ser discutida, analisada, beneficiada por outras experiências e, assim, posta em funcionamento com alicerces sólidos".

Segundo Benedita da Silva, o projeto que pretende apresentar tem em vista um programa cujas funções se entrelaçam com as ações de várias iniciativas nacionais, tais como os programas Comunidade Solidária, Nacional de Apoio à Agricultura Familiar e de Renda Mínima. Por outro lado, não pretende contemplar "ações paternalistas para dar ou distribuir alimentos".

- O que desejamos estabelecer é um programa que utilize inteligentemente alimentos brasileiros, que contribua para evitar desperdícios e que promova a produção de mais alimentos - afirmou a senadora, explicando ser seu objetivo propor uma solução onde "ao mesmo tempo em que se der o peixe a alguém se lhe ensine a pescar".



## EMÍLIA RECEBE DELEGAÇÃO COREANA

Uma delegação cultural da República Popular e Democrática da Coreia, integrada por escultores e bordadores, visitou a senadora Emília Fernandes (PTB/RS), para quem o intercâmbio nessa área "é muito importante para aproximar os dois povos e avançar na busca do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e aquele país".

A comitiva, que é coordenada por Kim Myong Suk e encontra-se no País a convite do

Instituto Cultural Brasil-Coreia e da Comissão Parlamentar Conjunta Brasil - República Democrática e Popular da Coreia, da qual a senadora é vice-presidente, está ministrando cursos no Brasil e promovendo exposição de seus trabalhos. Os cursos, já promovidos em Rondônia e Pernambuco, estão sendo realizados agora em Brasília, onde também será realizada uma exposição, de 4 a 12 de dezembro, na Biblioteca do Senado.

# Sugestões para regular serviços públicos

*José Agripino Maia faz avaliação positiva do seminário encerrado ontem e diz que debates serão considerados na análise dos projetos sobre controle de empresas concessionárias*

O presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, senador José Agripino (PFL-RN), disse ontem que todas as sugestões e advertências apresentadas no seminário sobre a criação de órgãos reguladores para os serviços públicos no Brasil serão consideradas na discussão dos projetos que vão regulamentar o controle das empresas concessionárias de serviços públicos.

- A iniciativa de realizar esse evento em conjunto com a Federação Nacional dos Engenheiros foi a maneira mais adequada de se ouvir a sociedade civil sobre um tema que foge um pouco à rotina da imprensa, mas que terá grande repercussão na economia do País - disse ele.

O seminário foi encerrado ontem à tarde com o painel "A Privatização e a Regulação do Setor de Telecomunicações". Foram apresentadas exposições do representante do Ministério das Comunicações, Juarez Quadros, e do professor da Unicamp, Márcio Wohlers de Almeida. Os debates foram coordenados pelo engenheiro Félix Wakrat, diretor do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo.

Juarez Quadros explicou que a atividade normatizadora pretendida para os órgãos reguladores inclui processos licitatórios e requer dos órgãos envolvidos qualidade de recursos humanos.

- Lidar com capitais externos requer discernimento por parte do corpo técnico que irá compor o novo órgão regulador e, primeiramente, seria necessária a preparação das empresas nacionais para a concorrência com as fornecedoras que irão aportar no País trazendo *know-how* próprio.

Márcio Wohlers defendeu a necessidade de independência dos órgãos reguladores que, a seu ver, deverão ter responsabilidades mais complexas do

que as hoje atribuídas por lei ao Ministério das Comunicações, no caso específico do controle das empresas de telecomunicações.

Já Félix Wakrat disse que o Executivo conseguiu a aprovação de uma "lei mínima" quando abriu os serviços mais lucrativos como a telefonia celular, comunicação de dados e permissão à iniciativa privada para lançamento de satélites e passou amplos poderes para o Ministério das Comunicações, sem que houvesse a implantação de um foro livre, conforme determina a Constituição.



O seminário foi realizado em conjunto com a Federação dos Engenheiros

- O tratamento simultâneo, em uma só lei, de atividades tão diferentes como serviços públicos de telecomunicações, de eletricidade e obras, torna muito difícil acomodar todas as peculiaridades - afirmou.

Wakrat lembrou que a lei apontada foi promulgada em julho deste ano e prevê que o

Ministério das Comunicações agirá como órgão regulador do setor de telecomunicações até a criação da Comissão Nacional de Comunicações, que absorverá tais atribuições. Segundo disse, o ministério tem um prazo para enviar o projeto de criação da CNC e, se não o fizer, o Congresso poderá elaborar a lei.

## Odacir apresenta proposta para garantir fidelidade

Os senadores e deputados que se opuserem às diretrizes do partido a que pertencem, tanto por atitudes como pelo voto, poderão perder o mandato, caso seja aprovada proposta de emenda à Constituição apresentada ontem pelo senador Odacir Soares (PFL-RO). A exceção fica para os que estiverem deixando o partido para fundar um outro.

Segundo Odacir Soares, a falta de uma definição do quadro partidário nacional impede que os partidos políticos adquiram "a fortaleza necessária para garantir a consolidação da democracia brasileira". Para ele, a maioria dos partidos políticos são vistos como meros instrumentos de candidaturas,

onde prevalece "o interesse pessoal sobre o partidário".

- A consequência mais visível desse processo é a dificuldade de o País estabelecer suas diretrizes governamentais de médio e longo prazos, daí originando-se uma tensão permanente no relacionamento entre os poderes Legislativo e Executivo

- afirmou o senador.

Odacir Soares disse que, somente nos últimos dois anos, 126 deputados e 10 senadores mudaram de partido. A seu ver, "tal situação é uma afronta ao eleitor e um grave desvirtuamento da representatividade política por ele estabelecida por ocasião das eleições, além de prejudicar a credibilidade do Legislativo.



Odacir Soares

## Agência do BB no Senado abre exposição

Com o objetivo de prestigiar o trabalho de artistas que são também funcionários, a agência do Banco do Brasil no Senado está promovendo uma exposição de obras de Astréa Castro, servidora aposentada da Casa.

Intitulada *'Astrallogia, que significa 'Galeria da Astréa'*, a mostra reúne 20 trabalhos inéditos, nos quais ela utiliza materiais diversos, como terra, pedra, resina, isopor, grafite alumínio e madeira.

- A nossa idéia é diversificar para quebrar a frieza usual dos bancos. Já promovemos outras atividades e a receptividade tem sido grande. Pretendemos, a partir de 1º de dezembro, promover recitais de músicas natalinas - diz Hércules Xavier, gerente da agência.

# Senado homenageia Zumbi dos Palmares

*Ao reconhecer que a História do Brasil começou a ser reescrita na celebração dos 300 anos da morte do herói negro, senadora lamenta, porém, que população ainda o desconheça*

O Dia Nacional da Consciência Negra foi comemorado ontem no Senado, por iniciativa da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), que homenageou não só a memória do herói negro Zumbi dos Palmares, mas também a de Xica da Silva.

Ela afirmou que, ano passado, quando se celebravam os 300 anos da morte de Zumbi, a História do Brasil começou a ser reescrita, acrescentando que foi devido à atuação dos movimentos dos negros e de poucos historiadores que Zumbi passou a ser considerado um herói nacional.

A senadora lamentou, contudo, que grande parte da população ainda desconheça a importância de Zumbi dos Palmares para a História brasileira. Benedita disse que poucos conhecem também a história de Xica da Silva que, frisou, nos livros escolares é descrita apenas como um símbolo sexual do século XVIII.

Para a senadora, é preciso que a população saiba que Xica da Silva foi uma importante figura política, que transformou Diamantina, em Minas Gerais, numa das cidades mais liberais de seu tempo. O desconhecimento de figuras que tiveram destaque na História do Brasil é, no entendimento da senadora, mais uma prova de que o racismo é evidente no País.

## CUMPRIMENTOS

Na oportunidade, Benedita da Silva cumprimentou o presidente Fernando Henrique Cardoso pelo Plano Nacional de Direitos Humana-



Benedita da Silva

nos, lançado em 13 de maio passado, que inclui o combate ao racismo como uma das prioridades, além da criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para a valorização da população negra e o fortalecimento da Fundação Cultural Palmares.

- O presidente Fernando Henrique Cardoso poderia apenas, no ato de governo, ter feito de Zumbi herói, colocando-o entre Tiradentes e Caxias. No entanto, soube esperar o Congresso votar a matéria, atendendo a um apelo de toda a comunidade negra, que reconhece em Zumbi um grande líder - afirmou a senadora.

## REIVINDICAÇÕES

Benedita da Silva também cumprimentou o presidente da República pelo fato de, atendendo às reivindicações dos movimentos negros de todo o País, haver adotado as seguintes medidas: assinatura do título de reconhecimento da posse das terras de remanescentes de quilombos para as comunidades negras de Pacoval e Água

Fria, no Pará, que beneficiará cerca de 129 famílias; sanção do projeto de lei que inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no livro dos Heróis da Pátria; lançamento de selo alusivo aos 301 anos da morte de Zumbi; e a divulgação de relatório sobre a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, segundo a senadora, documento de fundamental importância para a transposição da barreira do racismo.

Finalmente, a senadora lamentou os conflitos pela posse do poder em Ruanda, na África, entre as tribos Tutsis e Hutus, e que já resultaram na morte de 800 mil pessoas e provocaram a evasão de 1 milhão de outras para o Zaire.

## Simon quer apoio oficial a filmes que divulguem a História

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ontem que a proposta de Benedita da Silva de incluir o nome de Zumbi dos Palmares no Livro dos Heróis Nacionais foi um marco na História brasileira. Simon elogiou a senadora por trazer para o debate no Senado as dificuldades enfrentadas ainda hoje pelos negros no Brasil.

- Qual é o percentual de negros na universidade e qual é o percentual de brancos? Qual é o percentual de negros na cadeia e qual é o percentual de brancos? Qual é o percentual de negros pedindo esmola, nos asilos de velhice, e qual é o percentual



Pedro Simon

de brancos? Nós vamos sentir dramaticamente que há, há sim, uma cruel injustiça social com relação à raça negra - frisou Pedro Simon, dizendo esperar que, no próximo milênio, haja oportu-

nidades iguais para todas as raças no Brasil.

Lembrando o apoio que o presidente Fernando Henrique vem dando ao cinema brasileiro, o senador sugeriu que o governo priorize os financiamentos de filmes que contem a História do Brasil e retratem personagens importantes como Zumbi dos Palmares e Xica da Silva.

Em apartes, associaram-se à homenagem a senador Marluce Pinto (PMDB-RR) e os senadores Romeu Tuma (PSL-SP) e Bernardo Cabral (PFL-AM).

# O Liberal faz 50 anos e recebe homenagem

*Coutinho Jorge e Ademir Andrade ressaltam a importância do jornal para o desenvolvimento do estado e na formação da opinião pública paraense*

O plenário do Senado homenageou na manhã de ontem o jornal *O Liberal*, de Belém, que está comemorando 50 anos de fundação. Os senadores Coutinho Jorge (PSDB-PA) e Ademir Andrade (PSB-PA), autores dos requerimentos de homenagem, destacaram a importância desse veículo de comunicação no desenvolvimento do estado e na formação da opinião pública paraense.

Segundo Coutinho Jorge, *O Liberal* "se caracteriza por abrir espaços a todos que desejam divulgar suas idéias, dando uma grande contribuição à arte, à cultura e à política do estado". No seu entender, foi necessária muita luta e discernimento para que o jornal conquistasse o respeito e a credibilidade de que desfruta hoje entre os leitores.

Coutinho Jorge atribuiu o sucesso de *O Liberal* ao empresário e jornalista Rômulo Maiorana, falecido em 1986,



Ademir Andrade

que, conforme o senador, consolidou o jornal e deu início a um complexo de comunicação de grande importância para o norte do País.

O senador Ademir Andrade, ao fazer um retrospecto da história do jornal, ressaltou o espírito pioneiro e audacioso de Rômulo Maiorana, que, a seu ver, não só modernizou os equipamentos de *O Liberal*, mas introduziu uma nova concepção editorial e comercial nos meios da imprensa para-



Coutinho Jorge

ense.

Ademir disse que o Sistema Maiorana de Comunicações, que inclui a TV Liberal, vários jornais e emissoras de rádio, já estava consolidado quando do falecimento de seu fundador. Para ele, o "seu desaparecimento precoce transformou-se numa força inspiradora que permitiu à sua família dar continuidade à obra iniciada".

Em apertês, associaram-se à homenagem os senadores



Jádér Barbalho

Jádér Barbalho (PMDB-PA), Hugo Napoleão (PFL-PI), Elcio Alvares (PFL-ES), Bernardo Cabral (PFL-AM), Jefferson Peres (PSDB-AM), Romeu Tuma (PSL-SP), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Gilberto Miranda (PMDB-AM), Nabor Júnior (PMDB-AC), Iris Rezende (PMDB-GO), Francelino Pereira (PFL-MG), Pedro Simon (PMDB-RS), Artur da Távola (PSDB-RJ) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

## Sandra Guidi comemora vitória de Ângela Amin

A senadora Sandra Guidi (PPB-SC) destacou ontem, em plenário, a conquista da prefeitura de Florianópolis pela deputada Ângela Amin, vitória que, na sua avaliação, demonstra a força do PPB em Santa Catarina.



Sandra Guidi

- A eleição de Ângela Amin é uma antecipação da vitória que certamente obtemos em 98 quando estiver em disputa o governo daquele estado. Trata-se da primeira mulher a ser eleita para governar a capital dos catarinenses, fato inédito que demonstra não só o avanço das mulheres na atividade política como também a confiança crescente que os brasileiros vêm depositando nas mulheres que abraçam a vida públi-

ca - disse.

Segundo Sandra Guidi, a então candidata obteve 53,84% dos votos válidos (87.856 votos), o que, na opinião da senadora, representa a confiança dos eleitores. "Eu gostaria de expressar meus votos de amplo sucesso à nova prefeita. A belíssima capital dos catarinenses certamente terá em Ângela Amin uma administradora eficiente e firme", afirmou.

### Serviço informativo 24 horas do Senado Federal

**D**esenvolvido especialmente para dar suporte às emissoras de rádio e assessorias de comunicação, o Serviço 24 Horas do Senado funciona integrado ao sistema de discagem direta gratuita da Telebrás.

Ao ligar para 0800 (61) 4455, você encontra a seguinte programação:

- das 9h às 11h, a Agenda Senado - um resumo diário de todas as atividades legislativas programadas;
- das 11h às 14h30, a edição Amazônia do informativo Senado em Linha Direta;
- das 14h30 às 18h, a edição Nordeste do informativo Senado em Linha Direta, e
- das 18h às 9h do dia seguinte, a edição Nacional do informativo Senado em Linha Direta.

# Campos quer baixar juros do FCO

*Segundo senador, financiamentos têm cobrado taxas que chegam a 20% ao ano, nas mesmas condições oferecidas pelos bancos privados, afastando os empreendedores*

O senador Júlio Campos (PFL-MT) dirigiu ontem apelo ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para que reveja a política de juros que está sendo aplicada ao gerenciamento dos seus recursos. "Os financiamentos do FCO têm cobrado taxas de juros que chegam a 20% ao ano", disse o senador, para quem os empréstimos em tais condições deixam de ser atraentes para os empreendedores.

A definição dos juros cobrados por empréstimos de recur-



Júlio Campos

sos que compõem esse fundo cabe ao Conselho Deliberativo do FCO, que, segundo Júlio Campos, deverá se reunir em dezembro com a finalidade de fixar os juros para 1997.

Júlio Campos disse que, juntamente com outros dois fundos - FNO e FNE - destinados ao Norte e ao Nordeste, o FCO foi criado pela Constituição de 1988 para permitir que as regiões mais pobres pudessem impulsionar seu crescimento e diversificar seu parque produtivo, mediante empréstimos em condições favorecidas.

O senador observou, contudo, que tal objetivo não tem sido satisfeito no caso dos recursos do FCO, porque a política de juros "tem provocado o efeito perverso de afastar-lhes

os tomadores, em razão do alto custo envolvido na contratação dos empréstimos". Ele acrescentou que empréstimos nas condições cobradas pelo FCO podem ser obtidos nos bancos privados.

O resultado disso é uma taxa elevada de não utilização dos recursos do FCO disponíveis para empréstimo. No estado de Mato Grosso, por exemplo, dos R\$ 127 milhões provenientes do FCO que, neste ano, lhe couberam, apenas R\$ 18,79 milhões - isto é, cerca de 15% do total - encontraram efetivamente tomadores.

## Loyola propõe mudança em restrição ambiental

O senador Henrique Loyola ((PMDB-SC) apresentou ontem projeto de lei excluindo das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas. Loyola alegou que, em decorrência do rigor do Decreto 750/93, que regulamenta a preservação dessa mata, uma indústria que criaria 400 empregos em Santa Catarina, com tecnologia protetora do meio ambiente, não pôde ser instalada, porque foi impedida de preparar o terreno para sua edificação.

- Ora, quando se fala que o maior problema nacional é de emprego, nada mais impor-

tante que viabilizar a aplicação do Decreto 750, que proíbe o corte, exploração e supressão de vegetação primária, avançada ou em regeneração da Mata Atlântica. A indústria a que me refiro se instalaria no perímetro industrial, no entanto não pôde instalar-se porque não podia cortar a vegetação do terreno - disse.

O projeto de Henrique Loyola dispõe que as normas sobre preservação e uso dos recursos naturais concernentes à Mata Atlântica, que devem ser editadas segundo o mandamento constitucional, "não se aplicarão aos enclaves formados pelos perímetros urbanos dos municípios contidos nessa área e que tenham sido definidos em leis mu-



Henrique Loyola

nicipais já em vigor na data da promulgação da Constituição".

Conforme o senador, inúmeras cidades situadas em território compreendido pela Mata Atlântica estão tendo problemas para construir escolas, fábricas, logradouros e residências, mesmo dentro do perímetro urbano,

em decorrência da proibição contida no decreto. Ele disse que essa norma legal impediu que "se toque em qualquer exemplar vegetal sem prévia autorização dos órgãos ambientais, autorizações essas que muitas vezes não são concedidas".

O senador argumentou ainda que, como o Legislativo não regulamentou as normas sobre os recursos naturais da Mata Atlântica, o Poder Executivo adiantou-se, editando aquele decreto, que resultou numa gama inumerável de problemas, sobretudo para Santa Catarina, em cujo território está contida a maior parte dessa mata.

AS SESSÕES DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FORAM PRESIDIDAS PELOS SENADORES JÚLIO CAMPOS, VALMIR CAMPELO, ROMEU TUMA, MARLUCE PINTO E MAURO MIRANDA

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Atonim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade  
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso  
Diagramação - Sérgio Silva, Wesley Carvalho e Osmar Miranda  
■ Fotos - Célio/Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral  
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal